

Toffoli se declara suspeito para julgar prisão de Vercaro

Antes, ele também agira da mesma forma sobre relatoria de ação sobre CPI

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

Não se sabe se é coincidência ou destino, mas o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a cair no centro da crise do Banco Master — ainda que por pouco tempo.

Toffoli chegou a ser sorteado relator de um mandado de segurança apresentado pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que pede ao Supremo a instalação de uma CPI do Banco Master na Câmara dos Deputados.

A relatoria colocaria o ministro novamente diante de um dos episódios mais sensíveis da investigação que se espalha pelo Congresso, pelo sistema financeiro e pelo próprio Judiciário.

Mas a situação mudou rapidamente. Pouco depois do sorteio, Toffoli decidiu se declarar suspeito e se afastou do caso, deixando a ação para redistribuição. Agora, a relatoria vai seguir com o ministro Cristiano Zanin.

À noite, Toffoli também se declarou suspeito para participar, na sexta-feira (13), do julgamento da decisão do ministro André Mendonça de prisão de Daniel Vercaro, dono do Banco Master. O julgamento será na Segunda Turma do STF.

O movimento chama atenção porque Toffoli já havia sido relator do caso Master no STF, mas teve de se afastar do processo após surgirem questionamentos envolven-



Após Toffoli se declarar suspeito, ação ficou para Zanin

do relações de familiares com empresas citadas nas investigações.

Enquanto a disputa institucional chega ao Supremo, o Congresso segue ampliando as investigações.

A CPI do Crime Organizado aprovou nesta quarta-feira (11) a transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Fabiano Campos Zettel, empresário, sócio e cunhado do banqueiro Daniel Vercaro. Aprovou

também a quebra de sigilo de Luiz Philipi Mourão, conhecido como “Sicário”.

Ambos também foram presos na fase da Operação Compliance Zero que prendeu Vercaro. Na prisão, no entanto, “Sicário” morreu, de acordo com a PF após tentativa de suicídio.

A CPI quer também informações da PF sobre as circunstâncias da morte de “Sicário” que comprovem o suicídio.

Além disso, a CPI aprovou a convocação de dois servidores de carreira do Banco Central afastados após se tornarem alvo da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal.

São eles Paulo Sérgio Neves de Sousa, diretor de fiscalização do BC entre 2019 e 2023, e Bellini Santana, ex-chefe do departamento de supervisão bancária entre 2019 e 2024. Ambos são investigados por

suspeita de receber vantagens indevidas em troca de serviços ligados ao banco.

Os requerimentos foram apresentados pelo relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), e pelo senador Humberto Costa (PT-PE).

Paralelamente às movimentações no Congresso, relatórios de inteligência financeira enviados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) passaram a revelar novas conexões do caso com o mundo político.

A informação foi revelada pelo jornal “O Globo” que detalhou registros bancários que mostram que a A&M Consultoria Ltda, empresa criada pelo ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) no fim de 2022, recebeu transferências vinculadas ao Banco Master e à gestora Reag Investimentos.

Entre 15 de junho de 2023 e 3 de maio de 2024, a conta da empresa registrou R\$ 4,77 milhões em 52 transferências.

Desse total, R\$ 1,55 milhão vieram da Reag e R\$ 1,34 milhão do Banco Master, valores que representam cerca de 60% das entradas financeiras da empresa no período. Entre março e junho de 2023, a empresa recebeu R\$ 976,4 mil, sendo R\$ 422,3 mil do Master e R\$ 281,5 mil da Reag.

Em nota, ACM Neto afirmou que os valores correspondem a serviços de consultoria.

Master recoloca corrupção no debate

Por Gabriela Gallo

A cada dia em que se aproxima o período eleitoral, se desdobra um novo capítulo da fraude bilionária do Banco Master. E em um país que enfrenta uma forte polarização política, o desenrolar dos fatos e as pessoas envolvidas nele, questiona-se o quanto isso influenciará o eleitor brasileiro e como o governo e a oposição devem conduzir o caso no processo eleitoral.

Ao Correio da Manhã, o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Jackson De Toni considera que o escândalo “re-

colocou a corrupção como tema central das eleições de 2026”. Além disso, como as investigações atingem figuras ligadas aos três poderes, o caso ainda fomenta na população “um forte sentimento antissistema e de repulsa à política tradicional, em um cenário que se assemelha ao período da Operação Lava-Jato”.

Por outro lado, o coordenador de análise política da BMJ Consultores Associados Lucas Fernandes avaliou para a reportagem que, ao contrário de escândalos clássicos de corrupção como a Lava-Jato, o caso Master é mais complexo por ser um caso de “natureza pre-



Rovena Rosa/Agência Brasil

Para analistas, escândalo mudará eixo do debate eleitoral

dominantemente institucional, com suspeitas relacionadas a relações indevidas entre agentes econômicos, sistema político e órgãos de regulação”.

O fato em comum para ambos os analistas é que cada lado tentará monopolizar a narrativa envolvendo as fraudes bancárias do Master para tentar se desas-

sociar do caso na disputa eleitoral em outubro e transferir a culpa e o desgaste político para o respectivo adversário.

Para Jackson De Toni a estratégia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve focar em “adotar um discurso proativo de combate à corrupção, argumentando que as irregularidades só

vieram à tona graças à autonomia dada à Polícia Federal”.

Lucas Fernandes ainda completou que o governo deve explorar “o que mais incomoda a oposição atualmente”, que é o fato de que as conexões públicas mais frequentes do presidente do Banco Master Daniel Vercaro “atingem sobretudo figuras da direita e do Centrão”, especialmente após a quebra de sigilo telefônico de Vercaro com a namorada. Mas é preciso lembrar que parte importante da origem dos consignados falsos que engordaram a carteira de créditos do Master deu-se na Bahia depois que o sócio de Vercaro, Gustavo Lima, comprou do governo baiano, do PT, o CredCesta.

“A esquerda deve tentar enquadrar o episódio como prova de que o discurso moral da direita é seletivo”, destacou o analista político. Em contrapartida, ambos os analistas consideram que a oposição deve citar o encontro entre Lula e Vercaro em 2024 para associar o governo.